

Socialismo ou Barbárie

Tendência do



Boletim Mensal Nº 5

Outubro de 2016

Contribuição : R\$ 2,00

Construir unidade dos trabalhadores e da juventude para derrotar Temer



**Argentina e Brasil:
Política revolucionária deve
partir da luta de classes**

**Por um movimento feminista
unificado nas ruas contra toda
opressão de gênero!**



LAVA JATO A SERVIÇO DO GOVERNO REACIONÁRIO DE TEMER

No dia 14 de setembro, os Procuradores Federais à frente da operação Lava Jato (investigação dos esquemas de corrupção na Petrobras) apresentaram denúncia à Justiça Federal contra Luis Inácio Lula da Silva, Leo Pincheiro (ex-presidente da construtora OAS) e outros indiciados.

Contra Lula pesa a denúncia de corrupção ativa, passiva e lavagem de dinheiro. Seriam propinas pagas pela Construtora OAS que teriam sido realizadas na forma de uma cobertura no Guarujá (São Paulo) e de pagamento de despesas com o armazenamento de bens pessoais de Lula que somam R\$ 3,7 milhões.

Que Lula e os executivos da OAS estavam sendo investigados por envolvimento em corrupção e lavagem de dinheiro, poderiam ser alvo de denúncia, transformados em réus e condenados não é nenhuma novidade. No entanto, chama a atenção os termos em que essa denúncia é apresentada pelo MPF (Ministério Público Federal) e acatada pelo Juiz Federal Sergio Moro.

Para os procuradores do MPF, Lula é o “comandante máximo”, “chefe criminoso” da “propinocracia” que se estabeleceu no país desde o seu primeiro mandato (2002).

Não cabe dúvida de que Lula e o PT tiveram papel central nos esquemas bilionários de corrupção que envolvem governos, políticos burgueses, estatais e empresas privadas. Mas, o fato que os procuradores não trazem à tona - e que até as paredes sabem - é que os esquemas de corrupção em torno da Petrobrás e outras estatais envolvem há décadas todos os partidos burgueses e têm no seu centro Michel Temer, o PMDB e todos os demais partidos que dão base de sustentação ao atual governo.

A denúncia do MPF precisa ser compreendida no contexto do processo que levou ao impeachment de Dilma. A manobra palaciana reacionária para cassar o mandato de Dilma - uma solução da crise por cima, pela direita e

sem consulta popular - demandava uma roupagem “democrática”. Desta forma, o MPF, acompanhando o conjunto do judiciário e da institucionalidade burguesa, atuou para cobrir o impeachment de ares de legalidade. Para isso, promoveu uma série de vazamentos seletivos em torno das investigações dos esquemas de corrupção na Petrobrás com o objetivo de deixar Dilma, o PT e Lula na berlinda e, ao mesmo tempo, poupar temporariamente das denúncias Temer, o PMDB e os outros partidos que fazem da manobra reacionária do impeachment.

Mas, o impeachment não fechou por completo a crise política e está posto para a maioria do povo que Temer ocupou de forma ilegítima o governo federal a serviço de contrarreformas. Assim, o MPF para continuar prestando os seus serviços à estabilização reacionária da crise faz uma denúncia totalmente unilateral contra Lula e o PT com o objetivo de esconder a parte mais significativa dos beneficiários da “propinocracia” brasileira: o atual chefe do governo (Temer), seu partido (PMDB) e os demais partidos burgueses.

É necessário denunciar veementemente que a ação do MPF se insere no interior da ofensiva reacionária para fechar a crise política nacional pela direita. Ou seja, está a serviço da “pacificação política”, da desmoralização das mobilizações pelo “Fora Temer” e da consolidação de um governo reacionário.

Claro que repudiamos suas práticas e somos inimigos irreconciliáveis de Lula e do PT. Estes, desde a década de 1990 governaram a serviço da classe

dominante, romperam totalmente com o socialismo e se meteram até o pescoço nos esquemas de corrupção. No entanto, apoiar a denúncia do MPF - como faz de forma assustadora Eduardo de Almeida (Direção do PSTU e da LIT) - é desconsiderar que ela serve diretamente ao atual governo reacionário de Temer. Claro que precisamos nos posicionar contra a corrupção, pela prisão e expropriação de todos os corruptos e corruptores.



Mas, desconhecer que essas medidas só podem ser feitas de forma que interessem aos trabalhadores a partir da luta e organização independente, é de um rebaixamento político total, o que leva esses companheiros diretamente a capitular à institucionalidade burguesa e à ofensiva reacionária.

Nesse sentido, é fundamental que o conjunto da esquerda socialista se diferencie tanto da burguesia quanto de Lula e do PT. Para isso, precisamos nos posicionar categoricamente contra essa denúncia a serviço de desmoralizar o movimento social, de legitimar Temer, e de impor os seus ajustes contra os trabalhadores. Por outro lado, é fundamental também conchamar os trabalhadores e a juventude a continuarem sua luta independente da burocracia petista e do governo reacionário para que de fato todos os corruptos - a começar por Temer e sua base de apoio - sejam presos e tenham seus bens expropriados.

Apoiamos as candidaturas a serviço da luta dos trabalhadores, das mulheres e da juventude

Por Severino Felix

Nestas eleições está instalada uma grande crise política e o avanço das forças reacionárias. Dilma desde o início do seu segundo mandato intensificou ataques aos trabalhadores sem que uma resistência ocorresse de forma organizada e unificada.

O altíssimo nível de desemprego, alta da inflação, economia estagnada e a degeneração do Partido dos Trabalhadores (PT) têm contribuído para uma grande desilusão por parte dos traba-



lhadores e da juventude, que acabam sendo mais facilmente presa dos discursos direitistas. E se de fato algumas projeções se confirmarem, haverá avanço da direita nas eleições municipais de outubro. O governo recém empossado de Michel Temer vem tentando acabar com vários direitos trabalhistas: elevação da carga horária de trabalho semanal, aumento da idade mínima de aposentadoria, reforma do ensino médio, extinção de ministérios ligados à reforma agrária, que penaliza diretamente os movimentos quilombolas, sem-terra e indígenas na distribuição e titularização das terras.

Desde o governo Dilma, e agora o governo sem votos de Michel Temer, procura-se transferir para a classe trabalhadora o ônus da crise, para isso busca-se emplacar a política do ajuste fiscal que desonera estados, municípios e os patrões em detrimento dos direitos da classe operária.

Para barrar essa ofensiva burguesa reacionária é preciso uma grande unidade da esquerda, principalmente da esquerda revolucionária. Os equívocos

cometidos em garantir uma pauta única e que consiga unificar minimamente estes setores ocorrem por falta de amadurecimento destas organizações.

A unidade da esquerda revolucionária é fundamental para impor uma grande resistência ao governo Temer e aos demais governos burgueses. Para promover uma unidade dos trabalhadores com a juventude um movimento neste sentido vem ocorrendo com a criação do Bloco de Esquerda Socialista em São Paulo e Frentes de Esquerda em outras cidades. Frentes que contam com a participação de algumas organizações independentes, porém têm na ausência

do PSTU (por sectarismo desse partido) e de outras organizações um problema a ser enfrentado.

DERROTAR TEMER E CONSTRUIR O CAMINHO PARA O SOCIALISMO

Nestas eleições municipais é preciso fortalecer as candidaturas que estão no campo dos trabalhadores e sirvam para apoiar a luta contra o ajuste fiscal que se pretende nas várias esferas de governo. Estas candidaturas são fundamentais para criação de um amplo campo de resistência e combate ao governo de Temer.

Dentro desta perspectiva é fundamental também a unidade da esquerda socialista em torno destas candidaturas. É lamentável que em um processo de extrema polarização ideológica em que há um avanço das reacionárias e conservadoras, a esquerda ainda não tenha se sensibilizado com a esta questão da unidade socialista nas eleições.

A criação de uma frente de esquerda na luta e na eleição precisa superar a falácia e se concretizar na prática, por

isso é inconcebível a falta de unidade entre PSOL e PSTU, tanto na cidade de São Paulo quanto nas demais cidades, como as do ABC Paulista.

A formação de uma ampla frente de esquerda poderia atrair um grande número de pessoas descontentes e decepcionadas com a degeneração do PT e suas principais lideranças e, desta forma, abrir um vasto campo para as organizações de esquerda. A reflexão sobre os erros cometidos no passado parece ainda não ter sido realizada no interior de organizações da esquerda socialista, principalmente no PSTU e PSOL. Pois qualquer divergência é motivo para não se estabelecer uma política de unidade na luta.

A política de frente de esquerda deveria ser prioridade para a direção nacional do PSOL que, além de não apostar na aliança com a esquerda independente, cometeu o erro gravíssimo de aprovar alianças com setores burgueses. A direção nacional do PSOL em nome da viabilidade eleitoral e do princípio oportunista de que os fins justificam os meios não se importa com as consequências estratégicas da sua linha.

Nós do Socialismo ou Barbárie-tendência do PSOL, pensamos que, apesar dos equívocos da direção do partido, temos grandes oportunidades eleitorais com a falência do PT e podemos eleger candidatos (as) ligados (as) à luta dos trabalhadores. Por isso, em São Paulo apoiamos Isa Penna 50000 (vereadora), jovem candidata ligada à luta feminista e em São Bernardo do Campo apoiamos Paulo Neves 50122 (vereador), sindicalista dedicado à luta em defesa da educação pública.

Estes são companheiros que colocam suas candidaturas como ferramentas das lutas dos trabalhadores, das mulheres e da juventude e pela construção de uma sociedade que supere a exploração e toda forma de opressão, ou seja, o socialismo construído desde baixo.

USP: em tempos difíceis é melhor privatizar?

Por Martin Camacho

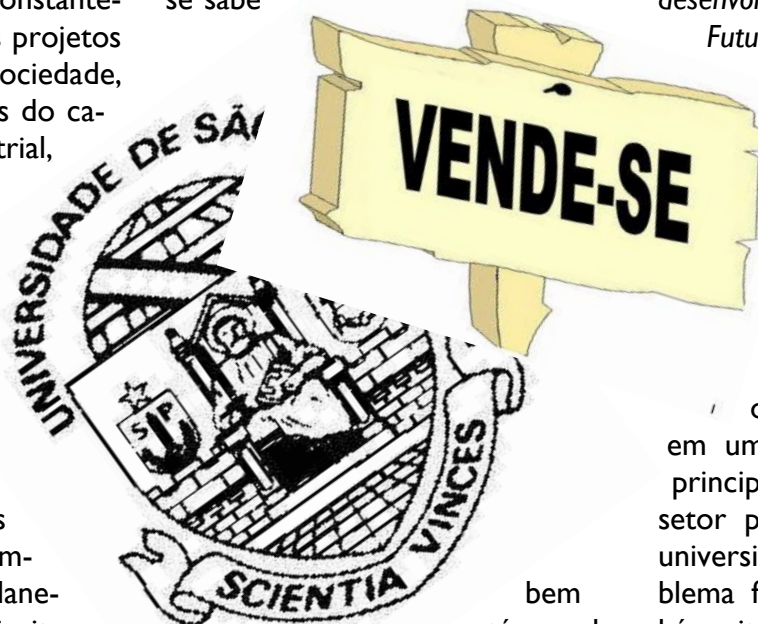
Há mais de 20 dias o novo governo ilegítimo apresenta uma forma de dirigir o país que antes não havíamos visto ou pelo menos era menos evidente. Hoje o modelo neoliberal se percebe constantemente no discurso e nos projetos de transformação da sociedade, em função dos interesses do capital financeiro e industrial, obviamente.

E um dos pilares para realizar esta brutal mudança de paradigmas significativamente tem que vir desde a educação.

Uns dos projetos é a mudança das disciplinas no ensino médio. Mas também na universidade planejam cortar todos os direitos, mesmo se for necessário ir contra a constituição para agradar ao sector empresarial, os servidores do capital cumprir suas tarefas. Ante isso, a Universidade de São Paulo (USP) não fica para trás, há poucos dias conhecemos as intenções da reitoria em desenvolver projetos ou pré-projetos de privatização, como a contratação da consultoria *Mckinsey & Company*, a *Comunitas* e grupos empresariais. Vê-se uma clara política de mudar a gestão da universidade: o nome para este novo projeto é nada menos que “*USP do Futuro*”.

Isso tudo saiu à luz porque vazou informações. A Associação dos Docentes da USP (ADUSP) questionou a reitoria e a resposta foi

uma série de evasivas, mas deixou escapar que algo vai ter que mudar e que a empresa citada anteriormente poderia estar trabalhando (aqui não se sabe



bem até onde são acordos ou já de fato existem trabalhos realizados). No entanto, uma série de modificações em toda a estrutura universitária esta sendo anunciada. Com isso, a privatiza-

ção ficaria mais concreta do que nunca. A seguinte frase, que é produto da resposta da universidade, vai nesse sentido: “*A Universidade de São Paulo (USP) anuncia o desenvolvimento do projeto ‘USP do Futuro’, que visa à melhoria da gestão da Universidade, bem como ao aprimoramento e à ampliação da relação da Instituição com a sociedade e o setor produtivo*”.

Todas estas palavras bonitas só causam mais preocupação, não acreditamos em uma só palavra da reitoria, principalmente quando coloca o setor privado como salvador da universidade. A dimensão do problema fica mais evidente quando há muitos anos se discute o déficit financeiro da universidade sem que uma solução favorável ao seu caráter público seja apresentada. Por suposto, isso é trabalhado em parceria com o governador do estado Geraldo Alckmin, artífice da política privatista que vai contra o ensino público. Isso

ficou muito claro quando mandou reprimir os secundaristas que lutaram o ano passado contra a tentativa de reestruturar as escolas. Na USP essa política poderia ter um conteúdo totalmente reacionário e exemplar para outras universidades que já estão em processo de privatização. Ainda assegura a Constituição a proibição destas medidas, mas esta está ameaçada pelo governo Temer que vem para



destruir conquistas sem se importar com as consequências sociais.

A USP utiliza 4,5 bilhões de reais por ano. Para manter este padrão com mensalidades terá que ter mensalidades entre 3000 e 4000 reais, ou seja, totalmente inviável para a maioria dos estudantes. É totalmente inviável socialmente uma universidade do tamanho e importância da USP ser financiada por mensalidades. Ou seja, estão querendo destruir a instituição em prol de um ensino ligado ao capital privado que só sirva para as empresas privadas e nada mais.

A empresa que foi contratada propõe doações de ex-alunos - assim os chama a reitoria - vai saber quem são estes empresários... *“Os custos do projeto, que está sendo desenvolvido pela consultoria McKinsey, estão sendo pagos, em forma de doação, por um pool de ex-alunos da Universidade”*. Para aclarar, esta informação foi escondida e só teve resposta a ADUSP depois de reclamar. A reitoria só informou o que está acontecendo depois de ser pressionada. No mesmo sentido, a reitoria saiu falando que todo rumor de privatização é falso, entretanto, por debaixo vai acontecendo as coisas. Há muito tempo se vem escutando rumores que tem algo de verdade, mas ainda para a maioria dos estudantes isso parece ser uma coisa que só acontece em outros países (Chile, Colômbia, Bolívia, Peru) ou que é invenção da esquerda. Mas hoje a situação começa a ter um sentido real, só que isso pode ser colocado pela reitoria na forma de justificativa porque a *“crise tem que pagar se de conjunto”*.

Voltando as supostas justificativas que enviou a reitoria a ADUSP



não cabem muitas dúvidas de que o que estão cozinhando fede muito: *“cooperação entre os partícipes, para que a Comunitas e a Consultoria [McKinsey] possam elaborar, mediante informações prestadas pela USP, projeto para criação de um modelo de captação de recursos e de gestão administrativa e financeira”*. Ou seja, o modelo neoliberal que esta querendo implantar Temer tem uma correlação com o projeto do reitor Zago e de sua *“USP para o futuro”*.

Enquanto na USP se trama contra o futuro da juventude, fora da universidade os meios de comunicação, diga-se Folha, Globo e outras, não ficam atrás na propaganda de quanto são boas as privatizações, mas sempre com alguma palavrinha de adorno no sentido que devem ser reguladas por um ente competente e coisas desse estilo para que se acredite que não vai acabar em maior exclu-

são, o que sempre acontece quando o Estado se despreocupa das funções.

Por último, o que fica é seguir denunciando estas atitude e difundir amplamente o que esta acontecendo na universidade porque é parte do futuro não só da juventude mas de toda a população que tem direta ou indiretamente um vínculo com a casa de estudos. Por isso, o movimento estudantil tem que unificar suas pautas contra a privatização e o desmonte da universidade, trazer para as salas de aula o debate sobre as consequências de uma universidade nas mãos de entes empresariais privados. Por isso, temos que sair unificadamente a dizer

Chega de Zago! chega de privatização!

UMA CONJUNTURA DE ENFRENTAMENTOS DECISIVOS

Por Antonio Soler

No mês de setembro, uma sequência de acontecimentos - apesar de idas e vindas circunstanciais - indicam a continuidade da polarização política nacional e também duros enfrentamentos de classe pela frente. Isso porque, obviamente, a crise estrutural (econômica, política e social) em que vivemos não poderia ser resolvida apenas a partir da manobra palaciana reacionária (impeachment) para desalojar Dilma (PT) do governo federal. Essa manobra foi, na verdade, apenas uma parte da ofensiva reacionária em curso para destravar as condições políticas para que as medidas regressivas estruturais possam ser impostas. Porém, já se faz evidente que essas mesmas medidas não irão passar sem que duros enfrentamentos ocorram nessa nova conjuntura.

A conjuntura que se abriu após o impeachment contou até agora com duas circunstâncias políticas que merecem destaque.

A primeira, ao contrário da maioria das previsões (que fez o governo zombar do movimento "Fora Temer", sendo obrigado a reconsiderar logo em seguida, e algumas correntes de esquerda a não apostarem na mobilização), que apontavam para um cenário de calma pós-impeachment, foi marcada por uma importante demonstração de vitalidade política juvenil. Logo após o impeachment foi realizada uma série de manifestações de resistência à repressão policial na cidade de São Paulo que culminou em um gigantesco ato pelo "Fora Temer", chegando a reunir cerca de 100 mil pessoas na Avenida Paulista no dia 4 de setembro.

Mas como essa dinâmica de massificação não se estendeu para outras cidades do país, para outros setores além da juventude paulistana e a burocracia lulista tratou de instrumentalizar as manifestações para se fortalecer eleitoralmente nas eleições municipais do início de outubro próximo, as condições de uma onda sustentada de mobilização não foram criadas.

Depois do dia 4 de setembro, os atos de rua pelo "Fora Temer" perderam espontaneidade, massividade e vitalidade, o que abriu espaço para que a semana de intenso repúdio ao governo cedesse lugar à uma nova circunstância política

marcada pelo recuo da luta diretamente contra Temer, pela consolidação relativa do seu governo e pelo avanço das medidas regressivas. Mas tudo isso sem que derrotas profundas fossem impostas à juventude, movimento popular ou operário. E essa indefinição estratégica manter-se-á nos próximos meses, mesmo que de forma latente, uma profunda polarização política nacional.

A combinação que se engendra entre combatividade do movimento social (particularmente juvenil), terríveis medidas regressivas, governo ilegítimo e denúncias sistemáticas de envolvimento do governo e de sua base parlamentar nos esquemas de corrupção pode levar em futuro próximo a lutas que incorporem bandeiras econômicas e políticas, criando assim um clima político propício para que manifestações massivas voltem a tomar a cena política nacional.

LAVA JATO A SERVIÇO DE TEMER E DAS CONTRARREFORMAS

Estamos falando acima de um cenário político hipotético que para ser efetivamente construído entraves terão que ser superados diretamente pela luta dos trabalhadores e da juventude.

Em primeiro lugar, teremos que enfrentar a ofensiva reacionária que após o impeachment continua sua senda através de uma intensa propaganda midiática no sentido de que precisamos tomar "medidas duras para que a economia volte a crescer", sem "aumentar o tempo de trabalho" em curto prazo a previdência social não poderá ser financiada, a "legislação trabalhista é o grande entrave" para que novas contratações sejam feitas...Essa é, grosso modo, a narrativa ideológica que os meios da classe dominante martelam diariamente sobre os trabalhadores para legitimar esse governo e impor suas contrarreformas.

Temos uma série de contrarreformas previstas para ocorrer após as eleições de outubro: previdência (aumento da idade mínima para 65 anos para homens e mulheres), trabalhista (precarização generalizada das condições de trabalho), política (tirar fundo partidário e tempo de TV dos partidos socialistas), educacional (retirar disciplinas do currículo do ensino médio), privatizar empresas esta-

tais e os recursos naturais e outras. Mas não se trata apenas de intenções abstratas, algumas dessas contrarreformas já estão em plena tramitação no Congresso Nacional. Queremos destacar o Projeto de Emenda Constitucional (PEC 241/2016) que prevê o congelamento dos gastos públicos. Em resumo, se essa PEC for aprovada teremos 20 anos em que o orçamento do governo federal e dos estados só serão ampliados



de acordo com a inflação do ano anterior, ou seja, serão 20 anos sem aumentos reais para os gastos públicos em saúde, educação, transporte e infraestrutura e etc.

Essa emenda constitucional significa um retrocesso histórico pois desconsidera os terríveis déficits já presentes em equipamentos públicos de saúde e educação, necessários investimentos em saneamento básico (mais de 40% da população não dispõe de esgoto ou água encanada) e que a população nessas duas décadas irá crescer e demandar ainda mais serviços. Ou seja, o que o governo reacionário de Temer pretende com essa PEC é que se estabeleça uma situação generalizada de penúria social para que o capital financeiro internacional tenha plena garantias de alta remuneração em meio a uma histórica depressão econômica.

Além dessa frente de propaganda ideológica pró-medidas regressivas para convencer a massa de que "não há alternativa", a classe dominante, diante da primeira onda de lutas pelo "Fora Temer", utiliza de forma descarada a operação Lava Jato (investigação dos esquemas de corrupção na Petrobrás) para tentar desmoralizar o movimento, marginalizar o conjunto da esquerda às vésperas das eleições municipais de outubro e consolidar o governo.

Todos os partidos burgueses - o PT não foge à regra - e as grandes empresas capitalistas estão envolvidos de uma forma ou de outra nos esquemas de corrupção com estatais e/ou outros órgãos públicos. Por isso, soa como um descaramento total as ações seletivas da Lava Jato das últimas semanas, principalmente a denúncia contra Lula feita pelo Ministério Público Federal (MPF) e aceita pelo Juiz Federal Sergio Moro (o que o torna réu do processo) com o argumento de que ele é o “chefe criminoso” da “propinocracia” nacional.

Claro que existem indícios que ligam Lula ao esquema de corrupção na Petrobrás, isso não se pode negar. O problema é que, extrair dessa denúncia os chefes políticos do PMDB (a começar por Temer), PSDB, DEM e demais partidos burgueses não passa de mais uma manobra para tentar legitimar a atual coalização burguesa reacionária que ocupou o governo federal, para colocar o movimento na defensiva e, de quebra, estreitar as possibilidades eleitorais da esquerda socialista, particularmente as do PSOL, nas eleições municipais do início de outubro. Por isso, a nossa linha parte da denúncia de que a Operação Lava Jato é um instrumento político a serviço do governo reacionário e que a solução para o problema da corrupção não pode ocorrer sem atingir em cheio Temer, seu governo, o conjunto dos políticos burgueses e os grandes capitalistas. E, para que um processo como esse ocorra de forma a punir todos os corruptos e corruptores com a prisão e o confisco de todos os seus bens é imprescindível a mobilização direta dos trabalhadores.

AUMENTA RESPONSABILIDADE DA ESQUERDA INDEPENDENTE

Um quadro como esse, em que a classe dominante e o governo movem uma maquinaria reacionária poucas vezes vista em nossa história política, irá exigir um tremendo esforço de resistência dos trabalhadores, de suas organizações sindicais, populares e políticas. Considerando que a burocracia lulista e não-lulista ainda tem o controle sobre a maioria dos aparatos sindicais, populares e estudantis este quadro de resistência torna-se ainda mais problemático.

Isso porque, como é a prática de toda burocracia, finge que está pelos interesses dos trabalhadores, mas na verdade costura às suas costas terríveis traições. Vide, para ficar em um exemplo recente, a postura que tem diante da tramitação da PEC 241. A burocracia em vez de hie-

rarquizar a luta contra esse ataque que está em vias de ser votado no Congresso - sua votação abrirá as portas para os demais ataques, terá consequências econômicas e sociais históricas e, além dos mais, significará uma tremenda vitória política e a consolidação do governo Temer - dilui esse tema entre os demais.

Além da burocracia sempre atuar para que os trabalhadores nunca sejam vitoriosos categoricamente ou tirem lições políticas radicais, no caso específico compartilha com o governo a tese de que este e outros ajustes são necessários para que se possa administrar os estados e municípios em que está a frente (não é a toa que essa proposta começou a ser desenhada ainda durante o governo Dilma). Assim, o seu modus operandi fazer alguma pressão para negociar alguns itens secundários nesse e em outros projetos, e também para desgastar o governo para tentar compensar um pouco a sua falência política, fenômeno este que certamente será confirmado nas eleições de outubro.

A esquerda socialista, para contribuir com a luta contra esse governo e todo o seu pacote de terríveis maldades, tem a seu favor a legítima desconfaça da juventude (que se mobiliza de forma independente desde junho de 2013 e que logo após o impeachment demonstrou que pode realizar lutas massivas) contra o governo e suas políticas. Esse setor pode contagiar uma classe trabalhadora que, apesar de ainda estar atônita diante do desemprego, também não dá sustentação política para o governo Temer, está tomando pé da situação e pode sair à luta no próximo período.

Mas, por outro lado, a esquerda socialista tem ainda insuficiente influência sobre as organizações sindicais, populares e juvenis, pouca acumulação numérica e sofre com uma histórica fragmentação. Os problemas estruturais da esquerda socialista não podem ser superados a curto prazo, porém algumas oportunidades políticas de ocupar o espaço que está sendo deixado pela falida burocracia lulista de forma imediata não estão sendo aproveitados.

Isso porque organizações políticas, como o PSTU principalmente, em vez de se somar às demais organizações nos atos pelo “Fora Temer”, através de colunas independentes da burocracia e outras iniciativas, resolveram não participar destas manifestações. Ação que acabou por



facilitar que nos últimos atos a burocracia fosse hegemônica.

Com a aceleração da ofensiva reacionária após as eleições, a pressão para que a esquerda socialista apresente alternativas políticas e táticas se dará de forma dramática. Sabemos que diante dos ataques que estão sendo processados novas ondas de indignação oriundas da juventude podem ocorrer a qualquer momento e, quiçá, mobilizar até setores da classe trabalhadora. As ondas independentes de mobilização que poderão combinar a luta de resistência aos ataques à luta política pelo “Fora Temer” certamente encontrarão uma burocracia que irá procurar contê-las, freia-las e sabotá-las.

Nesse cenário, a esquerda socialista pode ganhar destaque se souber se colocar à altura dos desafios. Poderá, além de contribuir para a resistência, tornar-se alternativa política para setores mais amplos dos trabalhadores e da juventude. E o primeiro passo para isso é romper imediatamente com o sectarismo e tomar medidas urgentes para fazer todos os esforços para mobilizar o mais amplamente possível, hierarquizar a luta contra a PEC 241 e aparecer de forma unificada nas lutas e como alternativa independente contra o conjunto das reformas e ao governo Temer.

O mesmo critério serve para as eleições municipais do dia 2 de outubro. Apesar de ter sido um terrível erro da direção do PSOL e do PSTU não construir frentes de esquerda eleitorais em todo o país, pensamos que ainda é tempo para que organizações que não se lançaram em apoio às candidaturas da esquerda socialista o façam nessa reta final. Pois eleger prefeitos (as) e vereadores (as) comprometidos (as) com os trabalhadores e com a juventude nessa fase de incontornável enfrentamento político de classe é fundamental.

Por um movimento feminista unificado nas ruas contra toda opressão de gênero!

Por Rosi Santos

Acreditamos que é necessário criar um grande movimento de mulheres no Brasil que seja capaz de lutar nas ruas, só assim podemos obter vitórias e também sermos capazes de questionar todas as relações sociais de opressão e exploração.

Não existe socialismo sem feminismo, assim, necessariamente, a revolução será feminista. Temos experiência de mais de 10 anos na luta feminista nas ruas, construindo uma história ligada à combatividade e incentivo de participação das mulheres nas lutas sociais e contra todas as relações sociais capitalistas patriarcais, não só em nosso país mas também a nível internacional.

Pesquisa recente apresentada pelo Data Folha traz que um terço dos brasileiros culpam as vítimas de estupro pela violência sofrida. Na pesquisa 42% dos homens transferem para as mulheres a responsabilidade dessa brutalidade. Além disso, 37% deles acreditam que as mulheres provocam a situação “por não se darem o respeito”, reiterando que o corpo e o comportamento das mulheres devem ser controlados desde fora. Outro aspecto importante é que 32% das mulheres entrevistadas, apesar de repreenderem a violência, acreditam que é dever das mulheres evitá-la. Demonstrando como está arraigada a cultura do estupro na sociedade como um todo. Em relação a pesquisa anterior feita pelo IPEA há alguns anos caiu o número entre as pessoas

mais escolarizadas que culpam as mulheres, resultado que dá lugar a importância do processo educacional e da necessidade de uma educação crítica e de gênero para reduzir ainda mais estes números.

A pesquisa apresenta em números uma face bastante horrenda desse tipo de violência, mas por outro lado desconstrói a lógica machista do acesso ilimitado ao corpo da mulher devido ao seu comportamento ou vestimenta. A pesquisa apresenta que o maior número de vítimas de estupro são crianças, reforçando ainda mais que a culpa dos estupro é única e exclusivamente dos estupradores e do Estado a quem não interessa mudar este estado de coisas. Este ano milhares de mulheres se unificarão nas ruas com a bandeira "Contra a cultura do estupro." Esta foi a manifestação mais massiva pelo país desde muito anos. Isso tem origem em um certo crescimento da politização conquistada nas movimentações de Julho de 2013, em que mulheres de todas as idades, principalmente jovens, foram protagonistas e desde então seguem na linha de fren-



te de diversos movimentos, como a luta dos estudantes secundaristas, pelo Fora Cunha e, mais recentemente, contra o atual presidente Michel Temer. Em todas estas lutas ficou evidente a presença majoritária de mulheres. Porém, são fenômenos muito esporádicos. É urgente a necessidade de uma coordenação nacional de mulheres em luta contra os ataques diários às mulheres. A ausência de uma agenda de lutas, construída em encontros com diversas vertentes feministas, dificulta imensamente a organização das mulheres.

Mobilizações fragmentadas, ainda que importantes, não serão capazes de levar até o fim a luta por direitos, justiça às nossas vítimas de violência e assassinatos e mortes por abortos clandestinos. A igreja e a justiça burguesa são, na verdade, cúmplices de todo machismo e cumprem um papel de aliados do parlamento reacionário, eles todos juntos, por sua vez, estão envolvidos em escândalos de violência sexual em diversos casos, inclusive de crianças.

Argumentos primitivistas tentam substituir o conteúdo histórico, patriarcal, de uma das violência mais terríveis contra uma mulher (o estupro). Este não ocorre apenas por uma pseudo falta de controle racional das



pulsões sexuais dos homens, mas porque as próprias instituições na sociedade mantém a lógica machista para que esta siga beneficiando a exploração capitalista.

Por isso, nós acreditamos sobretudo na auto-organização das mulheres para romper este estado de coisas, somente um forte movimento de mulheres e LGBTs na ofensiva pode colocar na defensiva o machismo e todas suas formas de representação.

Dentro desta perspectiva, apoiamos as companheiras que neste momento no México estão fundando mais um grupo de mulheres ligadas às *La Rojas*. Hoje estamos na Argentina, no Brasil, na Espanha, na França, na Costa Rica, em Honduras e agora também em México.

Aproveitamos para deixar abaixo a nota das companheiras do México sobre a luta pelo casamento igualitário no país. Viva a luta da classe trabalhadora contra toda exploração, viva a luta das mulheres e o crescimento da luta feminista!

México – Casamento igualitário: e que a igreja não se meta!

Repúdio ao movimento pró-família homofóbica

Setores ultraconservadores da igreja católica estão chamando a mobilização dos católicos de todo o país contra o casamento igualitário. A Frente Nacional pela Família do México, que reúne milhares de organizações civis e religiosas, organizou neste mês 60 marchas no interior do país e realizou uma grande mobilização na capital no 24 de setembro.

Tudo isso acontece pois no dia 17 de maio o presidente Peña Nieto anunciou uma futura reforma constitucional que permitiria o casamento legal entre pessoas do mesmo sexo, bem como, a possibilidade de adoção de crianças por casais não heterossexuais. Por sua

vez, esta reforma vem ratificar um processo social que há anos vem ganhando peso e já foi conquistado em diversos estados, como Cidade do México, Quintana Roo, Chihuahua, Coahuila, Nayarit, Jalisco, Campeche, Michoacan, Morelos e Colima.

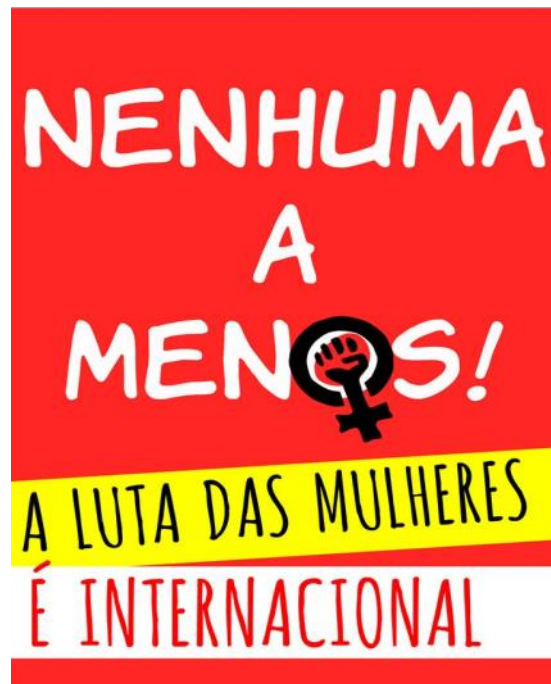
Então, o que está reforma constitucional vem prometer é que a lei seja cumprida em todo o México. E que os interessados em adquirir este tipo de direitos civis não sejam forçados a apelar por recurso para garanti-los, que vem deixando milhares de vulneráveis a negativa patriarcais e homofóbicas dos organismos da justiça.

Recuperemos as ruas para defender os nossos direitos!

O mais aberrante que emerge de tais iniciativas, onde a igreja tem se inflado nas ruas mexicanas, é que ela funciona como uma máquina de jogar ideologias homofóbicas e patriarcais ferozes. É por isso que entendemos que esta reforma não é simplesmente conquistas legais, que até agora têm sido muito progressista, mas que também as organizações LGBT e de mulheres são chamadas para resolver esta batalha cultural que hoje impõe a igreja. Já existem milhares de pessoas que estão se mobilizando de forma muito organizada e com fervor para defender o regime de família patriarcal, com um discurso direto contra a "ideologia do mal de gênero". E aí está a importância de sair do âmbito puramente institucional e retomar as ruas para os movimentos que lutam contra todas as formas de violência de gênero.

É essencial para romper com o conceito de "respeito" que nos foi impostas hoje para darmos espaço para esse tipo de ação da igreja organizada; é que na verdade o respeito quem quebrou foi ela, a

igreja. Não se trata de respeitar seu direito de protestar, porque as suas manifestações são totalmente disseminação de ódio e discriminação, trata de incentivar e estimular a violência contra as pessoas e as mulheres; os mais violados no âmbito da preciosa família que ela de-



fende. Estes manifestantes são os que sustentam moralmente as agressões diárias que sofremos, que vão desde ofensa verbal a abusos físicos e assassinatos.

É por tudo isso que a partir de *Las Rojas* repudiamos todas as iniciativas misóginas e homofóbicas da Igreja, que, mesmo em estados laicos, como o México, devido a coivência do poder político vem tomando as ruas, um método próprio dos setores oprimidos da sociedade que deve recuperá-lo para lançar e promover a liberdade de escolha e o fim da violência machista que essas instituições medievais querem impor como modelo de vida.

Sim a Lei do casamento Igualitário em todo o México!

Que a Igreja não se meta!

Basta de lesbo-trans-homofobia!

Argentina e Brasil – A política revolucionária deve partir da luta de classes

Por Roberto Saenz , Tradução: Renato Assad

Em primeiro lugar, a luta contra o governo

Com a mudança nos governos de Brasil e Argentina, mudaram também as coordenadas políticas, tal qual se vinha levando para frente no período anterior. Não é a mesma uma política, quando se trata de governos que expressam uma forte unidade burguesa em torno deles ou quando acontece uma divisão da classe dominante. Tampouco é igual a política frente a governos de frente popular, de conciliação de classes e os governos de ofensiva burguesa reacionária. Ocorre que quando se trata de governos de unidade burguesa, se reafirma o critério político fundamental de que a política dos revolucionários parte da luta contra ditos governos, governos que expressam de maneira acabada a conhecida colocação de Engels: os governos burgueses não são outra coisa do que a corja executiva encarregada de levar para adiante os assuntos comuns dos capitalistas.

Claro que na cena política sempre tem várias forças burguesas e não somente uma. No Brasil e na Argentina, além de Temer e Macri, estão os Kirchner e o PT: forças que temos que disputar a direção do movimento de massas.

Além disso, se cometeriam um erro de lesa marxismo (erro que expressam terminantemente o PSTU no Brasil e o PO - com o PTS - na Argentina), o de considerar todos os atores bur-

gueses iguais. Um aspecto fundamental do marxismo é saber diferenciar as cores: por exemplo, se uma força política está a frente do governo ou não. Outro aspecto fundamental é que a política revolucionária parte sempre da luta contra o governo: contra o executor concreto, nacional, dos planos capitalistas (1).

Este é o crime que estão cometendo o PSTU no Brasil e o PO e o PTS na Argentina: suas políticas partem de qualquer consideração (no caso do FIT, considerações de mini-aparato eleitoral), menos da necessidade de unificar a luta para derrotar os planos do governos (2).

Unidade de ação nas ruas

Isto o que vimos apontando os leva a desconsiderar a unidade de ação nas ruas. Claro que as forças burocráticas são inconsequentes. Mas ao ser elas que dirigem o movimento de massas e não nós, é um verdadeiro crime político não aproveitar qualquer contradição, qualquer chamado à mobilização, por insuficiente que seja, para tentar desenvolver a fundo a luta, inclusive explorando a possibilidade de ir além do que querem estas direções no curso da luta.

Isto não é pura “teoria” ou “abstrações”. Dois exemplos recentes na Argentina e no Brasil expressam o que estamos afirmando. Em 2 de setembro, a CTA (Confederação dos Trabalhadores Argentinos) convocou uma Marcha Federal, marcha que culminou em uma massiva concentração de mais de

100.000 pessoas na Praça de Maio, cuja principal consigna foi a exigência da “paralisação geral”. O PTS diretamente chamou à não participar da



marcha (uma vergonha sem nome!) e o PO teve uma política centrista e de manobra pela qual terminou não ingressando na Praça.

O feito é gravíssimo porque se trata de um aberto curso oportunista e eleitoralista: a política ultimata, por fora da luta de classes, de uma cooperativa eleitoral como “alternativa” aos Kirchner, em vez do desenvolvimento de uma alternativa independente desde o curso da luta, assim como também eleitoralmente.

Dois dias depois, domingo 4/9, o PSTU do Brasil na chamada pelo “Fora Temer” na avenida Paulista, centro de São Paulo que reuniu 100.000 pessoas, negou-se a convocar o dito ato com o argumento de que a mobilização seria “pelo volta Dilma”... Não se sabe se eles mesmo acreditavam no seu ridículo argumento, uma vez que nem o PT está pelo “volta Dilma”!

Em ambos casos se trata de uma perda de proporções: a esquerda revolucionária tende a crescer mas isto todavia é limitado: seguimos sendo forças de ampla vanguarda, com alguma influência eleitoral (caso argentino de FIT e o do Novo MAS ou do PSOL no Brasil), porém em termos orgânicos tanto o PT como a burocracia sindical argentina nos ultrapassam



Perder esta proporção está a serviço de uma política que na forma é sectária, mas de conteúdo é profundamente oportunista: é opor eleitoralismo ao curso real da luta de classes, à disputa real das mobilizações com a burocracia, no caso da Praça de Maio essa política poderia ter sido expressa numa grande coluna independente da esquerda.

Uma alternativa independente

A construção revolucionária tem todo tipo de desigualdade e não se pode sustentar uma abordagem mecânica da mesma. É um fato hoje que eleitoralmente temos uma projeção maior que a nível orgânico: se negar por isso a participar das eleições e aproveitar a fundo as possibilidades que está participação nos dá seria ridículo (3).

Mas um erro simétrico seria ignorar que está desigualdade existe e é muito grande. Para fechar esta brecha não serve se contrapor com ações de mini-aparato - ou no terreno puramente eleitoral - às chamadas de massas do reformismo e da burocracia

(4).

Claro que não se trata apenas da unidade de ação para derrotar os governos reacionários, senão de abrir um rumo político independente, o que implica disputar com os Kirchner e o PT (a direção majoritária do PSOL se caracteriza por capitular neste último aspecto). Porém, é impossível fazer isso sem partir do terreno real dos acontecimentos: dando as costas para as ações reais convocadas pelo reformismo, só porque não gostamos destas direções.

A construção de uma alternativa revolucionária deve ser feita em todos os terrenos, porém sobretudo partindo do terreno real, material, da luta de classes. Apenas desta maneira podemos transformar nossa influência eleitoral difusa numa influência orgânica no campo dos trabalhadores; influência orgânica que todavia estamos muito fracos tanto na Argentina como no Brasil.

1. Causa surpresa como o PSTU do Brasil, que se considera “morenista”, esqueceu dos mais elementares pontos desta valiosa obra de Nahuel Moreno titulada “A traição da OCI” que partia, precisamente, desta afirmação: a necessidade de que a política dos revolucionários parta do enfrentamento ao governo burguês de turno.

2. No caso do PTS, agreguemos o fato que seu grupo no Brasil vem tendo uma política quase diretamente oposta à da Argentina: exagerando as coisas de maneira unilateral, falando em “golpe de Estado”, definição que se fosse aplicada consequentemente os levariam a capitular a toda linha do PT...

3. Este é o argumento justificatório que levanta o PSTU no Brasil. Em vez de revisar que fizeram mal para obter participações eleitorais como as da FIT ou inclusive o Novo MAS na Argentina.

4. Uma característica da luta de classes na Argentina no último período é a de que se tiveram poucas lutas independentes, com transbordamento da burocracia.



Encontra-nos em:

Facebook:

Socialismo ou Barbárie-SoB

Já Basta

Pagina:

<http://socialismooubarbarie.esy.es/>

Adquira
O COLAPSO DO LULISMO
com os militantes do
Socialismo ou Barbárie

